

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Rovena Rosa/Agência Brasil

Gleisi: avaliação descolada da realidade

A performance do PT, sem lentes cor-de-rosa

Há uma charge antológica desenhada por Chico Caruso que mostrava o ex-presidente Fernando Collor abrindo um largo sorriso enquanto enxergava o mundo por trás de um óculos de lentes cor-de-rosa às vésperas do seu impeachment. Freud tem diversas explicações para os gatilhos do ser humano para escapar da realidade. Do ponto de vista prático, porém, esses

gatilhos não costumam ajudar muito. Um dia depois do resultado do primeiro turno, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), comemorou o desempenho do seu partido, apontando o “vigor” da performance porque a legenda elegeu 66 prefeitos a mais este ano do que em 2020. Bom para o PT se for só discurso para fora e as avaliações reais sejam feitas.

Comparações

Em 2020, o PT estava fora do poder, na metade do governo Jair Bolsonaro. O PT deveria na verdade comparar sua performance agora com a de outros momentos em que esteve no poder. Nesse caso, o partido do presidente Lula não teria muito a comemorar.

2004

Em 2004, dois anos depois, portanto, da posse de Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro governo, o PT elegeu 411 prefeitos. Passava a governar nada menos que 11 capitais. Esse número foi subindo nos governos seguintes do partido no poder, com Lula e Dilma Rousseff.



Ricardo Stuckert/PR

As vésperas do impeachment de Dilma, o PT despenca

Em 2016, o PT despenca. Mas ainda elege mais que agora

Nem o escândalo do Mensalão abalou as performances. Em 2008, dois anos depois do início do segundo mandato de Lula, foram 547 cidades administradas por petistas. Em 2012, dois anos de governo Dilma Rousseff, o recorde absoluta: o PT comandava 624 cidades. Em outubro de 2016, o país já vivia as vésperas do pro-

cesso de impeachment de Dilma Rousseff. E o PT sentiu isso forte no pleito. O desempenho petista caiu a mais da metade. Mesmo assim, o PT elegeria mais prefeitos no primeiro turno do que agora: 266. Então, em 2020 teve a sua pior performance após seu período no poder, elegendo 188 prefeitos, nenhuma capital.

Nono

O PT teve somente a nona performance entre os partidos no primeiro turno. O PL teve a quinta, 512 prefeitos, 168 a mais do que quando estava no poder, na metade do governo Bolsonaro. O alento para Lula é que na frente estão partidos que são seus aliados, mas ao centro.

Centro

Antes do PL, os partidos que mais elegeram prefeitos são o PSD, o MDB, o PP e o União Brasil. Todos estão no governo, têm ministérios. Mas têm também um pé na oposição. Assim, se Lula quiser manter suas pretensões em 2026, terá de fazer acenos ao centro.

BH

O segundo turno em Belo Horizonte pode ser o primeiro aceno prático ao centro. Há quem avalie que a ascensão do prefeito Fuad Noman (PSD), que passou para o segundo turno contra Bruno Engler (PL), já foi voto útil retirado do senador Rogério Correia (PT).

PSB

E terá que fazer acenos mesmo aos seus aliados de esquerda. O PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin elegeu 312 prefeitos, 59 a mais que em 2020. E 64 prefeitos a mais do que o PT, incluindo João Campos, no Recife, um dos grandes fenômenos eleitorais deste ano.

Depois da eleição, Galípolo será sabatinado nesta terça

Expectativa é que sua indicação seja aprovada pelos senadores

Por Gabriela Gallo

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir a presidência do Banco Central (BC) a partir de 2025, o economista Gabriel Galípolo será sabatinado no Senado Federal nesta terça-feira (8). Na véspera da sabatina, nesta segunda-feira (7), o presidente Lula se reuniu com Galípolo e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada. O encontro não estava previsto em nenhuma das agendas dos envolvidos e foi a última reunião antes da sabatina. Após o encontro com Lula, Galípolo também se encontrou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Caso o Senado aprove a indicação do economista para chefiar o BC, Galípolo assumirá o posto no lugar de Roberto Campos Neto para os próximos quatro anos. Como Gabriel Galípolo é diretor de Política Monetária do BC, caso sua indicação seja aprovada pelo Senado, o poder Executivo ainda terá de indicar nomes para três diretorias da instituição: Política Monetária, Regulação e Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduto.

Primeiramente, Gabriel Galípolo será sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em sessão marcada para as 10h. Se aprovado, ele seguirá para votação no plenário da Casa. Em suas sabinas, ele terá de responder perguntas dos senadores quanto à sua indicação, com respostas de tempo estipulado de dez minutos.



Pedro França/Agência Senado

Indicação de Galípolo deve ser aprovada pelo Senado

Favorável

De acordo com o artigo 52 da Constituição, toda indicação para a diretoria do Banco Central passa pelo crivo do Senado, com sabatina e votação na CAE, seguida de votação no Plenário. Ambas as votações são secretas e o nome deve ser aprovado pela maioria dos votantes presentes. Portanto, para ser aprovado na CAE ele precisa de ao menos 14 votos dos senadores. O relator da sabatina é o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que entregou nesta segunda-feira o relatório favorável à indicação do economista.

“O seu currículo revela o alto nível de qualificação profissional, a sua larga experiência em cargos públicos e a sua sólida formação acadêmica, com a

devida capacitação em assuntos econômico-financeiros”, declara o relatório de Jaques Wagner.

A sabatina é um meio de os senadores avaliarem a capacidade técnica, tal como a isenção do indicado para assumir o posto. Na reunião, os parlamentares devem questionar Galípolo sobre como ele vai trabalhar para conter a inflação e se ele tomará decisões de forma independente ou se será influenciado pelo Palácio do Planalto.

Comparações

Desde que foi sabatinado diretor de Política Monetária do Banco Central, em julho de 2023, Galípolo busca ter um jogo de cintura entre os interesses do governo federal e do Congresso Nacional. Nos bastidores, a expectativa é que sua indicação

seja aprovada, com baixas chances de ser derrubada.

O atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, tem uma relação conturbada com o governo do presidente Lula – a principal crítica do governo devido as baixas reduções da taxa básica de juros, na avaliação do Executivo.

Galípolo defende que a comunicação e a transparência são as formas corretas de se fazer políticas públicas.

Ele avalia que a polarização é prejudicial para os negócios e a economia no geral, mas não deixa de ter conexões de pensamento socioeconômico com o ministro Fernando Haddad. Em meio a suas articulações, ele trabalhou para amenizar a rejeição dos empresários ao governo petista.

Atos de Marçal podem torná-lo inelegível em 2026

Por Karoline Cavalcante

Após ficar de fora da disputa pelo segundo turno da prefeitura de São Paulo, o empresário Pablo Marçal (PRTB) responderá por crimes eleitorais cometidos durante a campanha. Esses processos podem torná-lo inelegível para futuras candidaturas.

Os resultados divulgados no último domingo (6) levaram o atual prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal e candidato à prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL), a um novo embate no dia 27 de outubro, quando acontecerá o segundo turno da eleição.

Com esses resultados, Marçal afirmou que respeitará a vontade do povo nas urnas, e que não pretende concorrer à prefeitura “nunca mais”. Seu foco agora será uma candidatura ao Executivo, seja para o governo estadual ou para a presidência da República.

“São Paulo perdeu a única oportunidade de me ver prefeito da cidade. Meu coração estava 100% entregue a isso, mas confesso que a vontade do povo nas urnas prevalece. Eu sei que muitas pessoas estão tentando construir algumas teorias, mas eu respeito a vontade do povo. Chegamos de última hora”, afirmou o ex-coach.

De acordo com o cientista político Isaac Jordão, Marçal “sai do processo eleitoral muito maior do que entrou”.

“Ele veio de uma eleição para deputado federal com 243 mil votos, o que teria sido suficiente para garantir uma cadeira. Perdeu na Justiça exatamente por não ter uma campanha organizada. Agora, sai de uma campanha com 1,719 milhão de votos, apenas na cidade de São Paulo”, explicou.

Inelegibilidade?

Entretanto, ao longo da campanha nas eleições municipais de 2024, o candidato do PRTB cometeu uma série de ilícitos e crimes que podem ter repercussões tanto eleitorais quanto penais. O Correio da Manhã consultou diversos especialistas sobre os possíveis próximos passos que ele enfrentará a partir de agora. Segundo as análises, ele pode ficar inelegível e até mesmo ser preso.

Na noite da última sexta-feira (4), Marçal publicou um receituário médico que vinculava o adversário Guilherme Boulos ao uso de cocaína. A campanha de Boulos entrou na Justiça pedindo a prisão de Marçal e do proprietário da clínica em questão. No sábado (5), o Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo concluiu que o laudo apresentado era falso.



Reprodução/Instagram

Marçal quer disputar presidência, se não for preso

Segundo o advogado eleitoral Márcio Maranhão, se as investigações confirmarem que ele divulgou fake news ou usou documentos falsos, Marçal poderá ser enquadrado em crimes de falsidade ideológica, além de enfrentar possíveis implicações por violar decisões judiciais, como o uso de plataformas suspensas. “Isso pode gerar processos tanto na esfera cível quanto na criminal”, ressalta.

“Em relação à inelegibilidade, ele pode, sim, se tornar inelegível, dependendo do desenrolar dos processos e de como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) interpretar suas ações. A Lei da Ficha Limpa prevê que candidatos condenados por crimes graves, como falsidade ideológica, abuso de poder ou disseminação de notícias falsas, possam ser barrados de disputar eleições. Uma eventual condenação pode impedir sua candidatura em 2026”, disse o advogado.

Além do laudo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, intimou nesta segunda-feira (7) o influenciador a prestar depoimento em até 24 horas por uso da plataforma X, que está proibida no Brasil. “Sendo grave a afronta à legitimidade e normalidade do pleito eleitoral, isso pode acarretar a cassação do registro ou do diploma e inelegibilidade”, diz a decisão.

Como o Correio da Manhã mostrou anteriormente, no dia 28 de setembro, o empresário publicou um vídeo em seu Instagram oferecendo apoio a candidatos a vereador mediante um pagamento via Pix de R\$ 5 mil.

Segundo a análise do advogado, ex-juiz e um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, a prática configura “abuso de poder econômico e político”.